

16/06/2011

PLENÁRIO

EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(s)	: GOVERNO DA ESPANHA
EXTDO.(A/S)	: JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

EMENTA

Extradição instrutória e executória. Governo da Espanha. Pedido instruído com os documentos necessários à sua análise. Atendimento aos requisitos da Lei nº 6.815/80 e do Tratado Bilateral. Ausência de interesse do Estado requerente na efetivação da extradição fundada em uma das notas verbais. Prejudicialidade reconhecida. Prosseguimento em relação aos pedidos de extensão formulados pelo Estado requerente no curso do pleito extradicional. Estelionato. Prescrição. Ocorrência parcial, tanto sob a óptica da legislação alienígena quanto sob a óptica da legislação penal brasileira, em relação a parte dos crimes descritos no segundo e no terceiro pedidos de extensão. Falsidade de documento mercantil. Dupla tipicidade. Não ocorrência sob a óptica da legislação penal brasileira. Reexame de fatos subjacentes à investigação e ao julgamento. Impossibilidade. Sistema de contenciosidade limitada. Precedentes. Existência de família constituída no Brasil. Causa não obstativa da extradição, segundo a Súmula nº 421 desta Suprema Corte. Revogação da prisão. Não ocorrência de situação excepcional que justifique a revogação de medida constritiva da liberdade do extraditando. Legitimidade constitucional da prisão cautelar para fins extradicionais. Precedentes. Pedido deferido em parte, assegurando-se ao extraditando a detração do tempo de prisão ao qual ele foi submetido no Brasil (art. 91, inciso II, da Lei nº 6.815/80).

1. O pedido formulado pelo Governo da Espanha, com base em Tratado de Extradição firmado com o Brasil, atende aos pressupostos necessários ao seu deferimento, nos termos da Lei nº 6.815/80.

2. Pedido que foi instruído com os documentos necessários à sua



EXT 1.196 / **

análise, trazendo, inclusive, detalhes pormenorizados quanto à indicação concreta sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos. Portanto, em perfeita consonância com a regras dos arts. IX, 1, do Tratado bilateral e 80, **caput**, da Lei nº 6.815/80.

3. Os fatos delituosos imputados ao extraditando correspondem, no Brasil, ao crime de estelionato, estabelecido no art. 171 do Código Penal brasileiro, satisfazendo, assim, ao requisito da dupla tipicidade previsto no art. 77, inciso II, da Lei nº 6.815/80.

4. Não ocorrência da prescrição da pretensão punitiva - tanto com relação aos textos legais apresentados pelo Estado requerente, quanto com relação à legislação penal brasileira (inciso III do art. 109 do Código Penal) - em relação a parte dos crimes imputados ao extraditando. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e executória em relação a parte dos crimes descritos no segundo e no terceiro pedidos de extensão.

5. A falta de prova da tipicidade do crime de falsidade de documento mercantil (Código Penal espanhol, arts. 392 e 77) e de sua correspondência, no Brasil, a crime devidamente tipificado no ordenamento pátrio impede o reconhecimento do requisito da dupla tipicidade.

6. No Brasil, o processo extradicional se pauta pelo princípio da contenciosidade limitada, não competindo a esta Suprema Corte indagar sobre o mérito da pretensão deduzida pelo Estado requerente ou sobre o contexto probatório em que a postulação extradicional se apoia.

7. A existência de família constituída no Brasil não configura óbice ao deferimento da extradição, conforme preceitua o enunciado da Súmula nº 421 desta Suprema Corte: *"não impede a extradição a circunstância de ser o extraditando casado com brasileira ou ter filho brasileiro"*.

8. Impossibilidade do julgamento do extraditando no Brasil pelo delito praticado no Estado requerente, pois o Estado requerente dispõe de competência jurisdicional para processar e julgar os crimes imputados ao extraditando, eis que os supostos delitos ocorreram dentro do seu território, respeitada, portanto, a regra prevista no art. I do Tratado específico.

EXT 1.196 / **

9. A prisão preventiva é condição de procedibilidade para o processo de extradição e, tendo natureza cautelar, *"destina-se, em sua precípua função instrumental, a assegurar a execução de eventual ordem de extradição"* (Ext nº 579-QO, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 10/9/93), nos termos dos arts. 81 e 84 da Lei nº 6.815/90, não comportando a liberdade provisória ou a prisão domiciliar, salvo em situações excepcionais.

10. De acordo com o art. 91, inciso II, da Lei nº 6.815/80, o Governo da Espanha deverá assegurar a detração do tempo em que o extraditando tenha permanecido preso no Brasil por força do pedido formulado.

11. Extradição deferida em parte.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Sr. Ministro Cezar Peluso, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em indeferir o pedido de perícia, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Ayres Britto, e, por unanimidade de votos, em deferir, em parte, os pedidos, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 16 de junho de 2011.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

16/06/2011

PLENÁRIO

EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
REQTE.(S)	: GOVERNO DA ESPANHA
EXTDO.(A/S)	: JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA
PROC.(A/S)(ES)	: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

RELATÓRIO**O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):**

Trata-se de pedido de extradição instrutória e executória formulado pelo Governo da Espanha, mediante a Nota Verbal nº 44/2010, encaminhado por via diplomática ao Ministério das Relações Exteriores, com base em Tratado de Extradicação firmado entre o Brasil e o Estado requerente, pelo qual se pede a extradição do nacional espanhol **JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA**.

De acordo com a referida nota verbal, o Juizado de Instrução nº 17 de **Sevilha** solicita a extradição do nacional espanhol, a quem se imputa a prática do delito previsto no art. 248 do Código Penal espanhol (fls. 4 a 22).

Postulou o Estado requerente, ainda, por meio da Nota Verbal nº 71/2010 (fls. 35 a 57), pedido de extensão, devido à existência de processo criminal em curso no Juizado de Instrução nº 7 de **Málaga**, em razão de suposta prática do delito de estelionato, previsto nos arts. 248 e 249 do Código Penal espanhol.

Às fls. 59/188, o Governo da Espanha, por meio da Nota Verbal nº 91/2010, apresentou novo pedido de extensão, devido à existência de processo criminal em curso no Tribunal de Instrução nº 6 de **Arenys de Mar** - relativo a suposta prática do delito de estelionato, na forma continuada, previsto nos arts. 248, 249 e 74 do Código Penal espanhol (fls. 60/66), que deu origem a solicitação de extradição pelo Tribunal Penal nº 2 de **Arenys de Mar**, Procedimento Abreviado nº 39/2008 (fls. 157/188) -, bem como de processo de execução na Audiência Provincial da cidade de **Huesca** - referente ao Processo Executivo Penal nº 10/2006, proveniente

EXT 1.196 / **

do Auto Penal nº 4/2004, Procedimento Abreviado nº 45/2002, do Juizado de Instrução nº 2 de **Monzón**, que resultou na condenação do extraditando à pena de 4 (quatro) anos de prisão, também pela prática do delito de estelionato, na forma continuada (fls. 67/156).

O Estado requerente formalizou um terceiro pedido de extensão às fls. 209/287, por meio da Nota Verbal nº 123/2010, em razão da existência dos Processos de Execução nºs 367/2008 (fls. 260/287), 633/2008 (fls. 233/259) e 1.418/2009 (fls. 213/232), todos em curso no Juizado Especial nº 12 de **Barcelona** e relativos à condenação do extraditando pela prática de crimes de estelionato e, no que se refere ao Processo de Execução nº 633/2008, também pelo crime de falsificação.

O Governo da Espanha apresentou, por meio da Nota Verbal nº 246/2010 (fls. 497/600), mais um pedido de extensão, em razão da existência de processo criminal em curso no Juízo de Instrução nº 2 de **Arenys de Mar** - devido à suposta prática do delito de estelionato, previsto nos arts. 248.1 e 249 do Código Penal espanhol (fls. 531/537) -, que deu origem a solicitação de extradição pela 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça de **Arenys de Mar**, Procedimento Abreviado nº 30/2008 (fls. 524/530).

O Estado requerente formalizou um quinto pedido de extensão às fls. 677/714, por meio da Nota Verbal nº 396/2010, devido à ordem de prisão expedida nos autos do Procedimento Abreviado nº 77/08 do Juizado de Instrução nº 7 de **Málaga**, mais uma vez, em razão de suposta prática do crime de estelionato.

Às fls. 720/763, o Governo da Espanha apresentou novo pedido de extensão por meio da Nota Verbal nº 395/2010, com base nos procedimentos abreviados nºs 213/2007 e 314/2006 do Juízo Criminal nº 1 de **Múrcia**, uma vez que foi decretada a prisão preventiva do extraditando, novamente em razão de suposta prática de delitos de estelionato.

O Estado requerente formalizou um sétimo pedido de extensão (fls. 769/800), por meio da Nota Verbal nº 394/2010, com base em ordem de prisão expedida nos autos do Procedimento Abreviado nº 150/2008 do

EXT 1.196 / **

Juízo Criminal nº 1 de **Zamora**, também em razão de suposta prática do delito de estelionato.

Em 28/12/2009, o então Presidente deste Supremo Tribunal Federal, Ministro **Gilmar Mendes**, decretou a prisão preventiva do extraditando, por entender preenchidos os requisitos estabelecidos no art. 82 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (PPE nº 629, em apenso – fl. 23).

O Departamento de Polícia Federal comunicou que, em 29/12/09, foi efetivada a prisão do extraditando, o qual, atualmente, se encontra custodiado pelo Sistema Penal do Distrito Federal (fl. 42 da PPE nº 629, em apenso, e fl. 1077).

Protocolou a defesa a Petição/STF nº 44.184/10 (fls. 382/388), postulando a instauração de exame de insanidade mental e/ou o “abrandamento” do conteúdo da Súmula nº 421 desta Suprema Corte, com o consequente indeferimento do pedido extradicional. Devido aos novos pedidos de extensão, protocolou, complementarmente, a Petição/STF de fls. 867 a 878, na qual, reconhecendo a inexistência de vícios de formalidade quanto aos pedidos de extradição e extensão, suscitou duas questões de ordem: a primeira, relativa à realização de exame de sanidade mental; e a segunda, à não recepção pela Constituição Federal de 1988 da regra prevista no parágrafo único do art. 84 da Lei nº 6.815/80, solicitando a revogação da prisão ou a concessão da custódia em regime domiciliar. No mérito, insistiu no indeferimento do pedido de extradição pela releitura da Súmula nº 421 desta Corte, tendo em vista os princípios constitucionais da absoluta prioridade dos direitos das crianças e dos adolescentes (art. 227), da primazia da família (art. 226) e da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III).

O Ministério Público Federal, em manifestação quanto ao mérito do pedido, pelo parecer do ilustre Procurador-Geral da República, Dr. **Roberto Monteiro Gurgel Santos**, opinou pelo deferimento do pedido de extradição e pelo deferimento parcial dos pedidos de extensão formulados pelo Governo da Espanha (fls. 1010 a 1042).

É o relatório.

16/06/2011

PLENÁRIO

EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conforme relatado, trata-se de extradição fundada em títulos prisionais preventivos decretados contra o extraditando no País requerente - visando ao seu processamento por suposta prática de crimes de estelionato e falsidade -, bem como em títulos executórios decorrentes de condenações impostas ao extraditando em procedimentos penais que tiveram curso perante o Estado requerente, tendo as notas verbais fornecido indicações concretas sobre local, data, natureza e circunstâncias dos fatos delituosos.

Colhe-se da **Nota Verbal nº 44/2010** (fls. 4 a 23) que:

“(...) o fatos imputados a José Maria Llevat Gadea ocorreram no dia 5.11.07, através da Internet, tendo entrado o denunciante em contato com o mesmo para a compra de um veículo BMW, solicitando-lhe este que realizasse uma transferência bancária do valor de 3.000 euros para uma conta cujo titular era o réu e seu sócio, não tendo recebido qualquer resposta da parte do mesmo desde então (...)” (fls. 20v.).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, pois apresentou cópia dos despachos proferidos pelo Juizado de Instrução nº 17 de **Sevilha** ordenando a prisão do extraditando e solicitando a sua extradição (fls. 7/13 e 14; tradução às fls. 13v. e 14v./22), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias do fato delituoso.

O delito que fundamenta o pedido de extradição atende ao requisito da dupla tipicidade, pois o crime de *estelionato*, previsto nos arts. 248 e 249 do Código Penal espanhol, encontra-se tipificado no art. 171 do Código Penal brasileiro.

Ocorre que o Estado requerente, por meio da **Nota Verbal nº 66/2011**

EXT 1.196 / **

(fls. 997/999), informou, no curso do pedido, não ter mais interesse na extradição do nacional **JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA** com base no Procedimento de Diligências Prévias nº 6.940/2007 do Juizado de Instrução nº 17 de **Sevilha**, tornando sem efeito o pedido de extradição em relação àquele procedimento, ratificando, todavia, formal interesse no prosseguimento dos pedidos de extensão formulados (**Nota Verbal nº 116/2011** – fls. 1001/1003).

Assim, colhe-se da **Nota Verbal nº 71/2010** (primeiro pedido de extensão - fls. 35 a 57) que o extraditando “(...) *anunciou via internet ser proprietário de um automóvel recebendo como adiantamento € 2.000, quantia de que se apropriou (...)*” (fls. 54).

Às fls. 39, há exposição um pouco mais detalhada dos fatos e sua respectiva data:

“El imputado José Maria Llevat Gadea, con ánimo de obtener un beneficio injusto, aparentando ser propietario de un vehículo, anunció por Internet su venta por valor de 18.000€. José Torres García el día 31-05-2007 se interesó por el vehículo e ingresó en la cuenta del imputado mediante transferencia, la suma de 2000€, cantidad de la que se apropió el acusado.”

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, pois apresentou solicitação de extradição (fls. 36/40), cópia dos atos processuais a ela relacionados (fls. 45/52) e cópia traduzida do mandado de detenção europeu (fls. 53/57), havendo indicações seguras sobre o local, data, natureza e circunstâncias do fato delituoso.

Como anteriormente mencionado, o delito de estelionato atende ao requisito da dupla tipicidade.

Segundo o regime de prescrição do direito espanhol, a pena do crime de estelionato (arts. 248 e 249 do Código Penal espanhol), antes da sentença condenatória, prescreve em 3 (três) anos. Entretanto, foi iniciado contra o extraditando, ainda no ano de 2007, o Procedimento de Diligências Prévias nº 4070/2007, que deu origem ao Procedimento Abreviado nº 77/2008, cujos últimos atos processuais, conforme

EXT 1.196 / **

demonstram os documentos que instruem a Nota Verbal nº 71/2010, datam de 4 de fevereiro de 2010 (fls. 36/41). Assim, encontra-se suspenso, nos termos da legislação espanhola (CPE, art. 132. 2), o prazo de prescrição da pretensão punitiva do Estado espanhol relativamente ao crime em questão.

Nos termos do art. 250.1 do Código Penal espanhol, o crime de estelionato é punido com as penas de prisão de 1 (um) a 6 (seis) anos e de multa de 6 (seis) a 12 (doze) meses se o agente, para a sua prática, aproveita-se "(...) da sua credibilidade empresarial ou profissional" (§ 7º), o que ocorreu quando do cometimento pelo extraditando do delito em questão, o que modifica o prazo prescricional, nos termos do art. 131.1 do Código Penal espanhol, para 10 (dez) anos.

Da mesma forma, segundo o ordenamento brasileiro, nos termos do art. 109, inciso III, do Código Penal, não há que se falar em prescrição da pena do delito em questão, cujo prazo prescricional é, repita-se, de 12 (doze) anos.

Atendidos, portanto, mais uma vez, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade.

Colhe-se da **Nota Verbal nº 91/2010** (segundo pedido de extensão - fls. 59 a 188) a existência de processo criminal em curso no Tribunal de Instrução nº 6 de **Arenys de Mar** - relativo à suposta prática do delito de estelionato, na forma continuada, previsto nos arts. 248, 249 e 74 do Código Penal espanhol (fls. 60/66), apurado pelo Tribunal Penal nº 2 de **Arenys de Mar** no Procedimento Abreviado nº 40/2006 (fls. 61/66) -, bem como de processo de execução na Audiência Provincial da cidade de **Huesca** - referente ao Processo Executivo Penal nº 10/2006, proveniente do Auto Penal nº 4/2004, Procedimento Abreviado nº 45/2002, do Juizado de Instrução nº 2 de **Monzón**, que resultou na condenação do extraditando à pena de 4 (quatro) anos de prisão, também devido à prática do delito de estelionato, na forma continuada (fls. 67/156).

Os fatos apurados no Procedimento Abreviado nº 40/2006 foram narrados pelo Estado requerente nos seguintes termos:

"A) No dia 09 de Junho de 2004, o réu JOSÉ MARIA

EXT 1.196 / **

LLEVAT GADEA (...), como administrador da empresa Alva Quality, S.L., com ânimo de lucro e com a intenção de não entregar o material encarregado, chegou a um acordo telefônico com a Sra. María del Carmen Pérez Pescator, e em virtude do qual recebeu, mediante transferência bancária, 1.831,14 Euros da (...) Sra. María del Carmen Pérez Pescator a nome de Movilphone telefonía, S.L., pela compra de dois celulares Nokia 6230, um celular Nokia 8310 e 80 (oitenta) recargas telefônicas. O réu enviou uma grande caixa de papelão com papéis e três caixas de 'viva voz', um 'viva voz', cinco capas de celulares e duas tampas. O réu foi detido por estes fatos no dia 15 de junho de 2004, momento no qual reintegrou os 1.831, 14 Euros que havia cobrado.

B) O réu, como administrador da empresa Alva Quality, S.L., no dia 10 de Dezembro de 2004, com ânimo de lucro e com a intenção de não entregar o material encarregado, com um prévio acordo com o Sr. Diego García, recebeu, mediante transferência bancária, 3.400 do Sr. Diego García Euros, em nome de Servicios de Comunicaciones Integrales de Extremadura, S.L., pela compra de 20 monitores TFT 17 polegadas. Posteriormente, o réu não enviou o material comprado ao Sr. Diego García, portanto este pediu satisfações por telefone, dando o número de envio, que não existia, através da empresa UPS. Quando o Sr. Diego García cobrou novamente o pedido, o réu disse-lhe que não havia realizado trato algum com ele.

C) O réu, atuando como administrador da empresa Alva Quality, S.L., no dia 15 de Fevereiro de 2005, com ânimo de lucro e com a intenção de não entregar o material encarregado, recebeu 4.084,36 Euros do Sr. Juan Ramírez Santamaria, em nome de Goikophone, S.L., para o pagamento de 12 celulares e 217 recargas de celulares, e não efetuou – jamais – a entrega de dito material.

D) O réu, atuando como administrador da empresa Nak Import, S.L., ofertou através do teletexto de Antena 3 Televisión, a venda de um celular Nokia modelo 7650, livre,

EXT 1.196 / **

com tela colorida, por um preço de 240 Euros, informando um número de telefone para fazer os pedidos, com ânimo de lucro e com a intenção de não entregar o material encarregado. Na data anterior ao dia 11 de Janeiro de 2003, o réu enviou a Luisa Violeta Rodríguez Pareira, de acordo com a anterior oferta, pelo correio, uma caixa, a qual, no seu exterior, se podia ler Nokia, modelo (ininteligível), a ser pago previamente à sua recolhida, e em cujo interior havia um carregador e um celular Nokia 3210 sem carátula, sem bateria e sem números. Luisa Violeta pagou o valor de 243 Euros pela recolhida do pacote.

E) O réu, atuando como administrador da empresa Nak Import, S.L., com ânimo de lucro e com a intenção de não entregar o material encarregado, recebeu 2.774,72 Euros do Sr. José Antonio Martín Acevedo, em nome de Talavera Celular Phone, S.L., para o pagamento de 22 celulares e 150 recargas, e não efetuou – jamais – a entrega de dito material. Posteriormente, o réu reintegrou a José Antonio Martín Acevedo o valor de 150 Euros, mediante transferência bancária. Também entregou-lhe uma letra de câmbio no valor de (...) 72 Euros como devolução do dinheiro entregue por José Antonio Martín. Dita letra de câmbio, com a intenção de defraudar, estava domiciliada para o seu pagamento numa conta inexistente, e quando o prejudicado tentou cobrá-la, teve que pagar o valor de 166,68 Euros ao Banco Santander central Hispano, pela sua comissão. José Antônio Martín não (ininteligível) a receber nunca o material nem chegou a cobrar a letra de câmbio.

F) O réu, atuando como administrador da empresa Nak Import, S.L., ofertou através do teletexto de Telecinco, a venda de um celulares Nokia modelo 6600, por um preço de 270 Euros, informando um número de telefone para fazer os pedidos, com ânimo de lucro e com a intenção de não entregar o material encarregado. Na data anterior ao dia 1º de Abril de 2003, o réu enviou a Ilias Belghiti Alaoui, de acordo com a anterior oferta, pelo correio, uma caixa, a pagar previamente à sua recolhida, (...) em cujo interior havia um manual de celular

EXT 1.196 / **

e uma bateria. Belghiti Alaoui pagou o valor de 273,33 €uros pela recolhida do pacote” (fls. 64/65).

O Estado requerente observou o disposto no art. IX do Tratado específico, tendo apresentado a decisão que determinou a busca do extraditando (fls. 157; tradução de fls. 173) e a solicitação de extradição (fls. 166/168; tradução às fls. 182/184), além de cópia do mandado de detenção europeu (fls. 159/165; tradução às fls. 175/181), havendo indicações seguras, às fls. 61/63 (tradução às fls. 64/65) sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Não havendo dúvidas quanto ao requisito da dupla tipicidade, vale notar que, embora os fatos praticados em continuidade delitiva tenham ocorrido entre janeiro de 2003 e fevereiro de 2005, isto é, há mais de 3 (três) anos, em 2004, já havia sido iniciado o Procedimento de Diligências Prévias nº 897/04, por intermédio do qual foram apurados os delitos em questão e a partir do qual foram instaurados os procedimentos abreviados nºs 40/2006 e 39/2008, sendo que o último ato processual referente a esse último, conforme cópia nos autos, é datado de 28 de julho de 2009. Assim, encontra-se suspenso, nos termos da legislação espanhola (CPE, art. 132. 2), o prazo de prescrição da pretensão punitiva do Estado espanhol relativamente aos crimes em questão.

Além disso, mais uma vez o extraditando teria praticado os crimes de estelionato *“aproveitando-se (...) da sua credibilidade empresarial ou profissional”*, o que, nos termos do § 7º do art. 250.1 do Código Penal espanhol, aumenta a pena máxima do crime de estelionato para 6 (seis) anos de prisão, o que modifica o prazo prescricional, nos termos do art. 131.1 do Código Penal espanhol, para 10 (dez) anos.

Da mesma forma, segundo o ordenamento brasileiro, nos termos do art. 109, inciso III, do Código Penal, não há que se falar em prescrição da pena do delito em questão, cujo prazo prescricional é de 12 (doze) anos.

Quanto ao processo de execução relativo ao Procedimento Abreviado nº 45/2002, observa-se que foram comprovados, quando da condenação do extraditando, os seguintes fatos:

EXT 1.196 / **

“Em 2 de abril de 2002, o acusado, José Maria Llevat Gadea, (...) fez contato por telefone desde Barcelona com Immaculada Reyes, na sua condição de funcionária da MEFLUR, S.L., (...) quem solicitou o envio de terminais de telefonia celular e de cartões ativos, para a loja do acusado em Barcelona, onde funcionava comercialmente com o nome de COMUNICATEL TELEFONÍA. Desde o começo, o acusado não pensava pagar os objetos comprados (...). A distribuidora dos terminais aceitou o pedido, e cuja execução aconteceu em junho de 2002. A distribuidora dos terminais aceitou o pedido, de acordo com o serviço de telemarketing oferecido aos clientes, que implicava pré-pagamentos ou pagamento à vista, através de depósitos numa conta bancária da vendedora, e no momento em que se verificasse o pagamento, se efetuaria o envio da mercadoria. A importância da operação atingiu os 5.231,73 euros. José Maria Llevat enviou por fax a MEFLUR, S.L., às 13:48 horas desse dia 2 de abril, o comprovante do depósito bancário referente aos 5.231, 73 euros, numa conta de MEFLUR, S.L., que foi aberta na caixa de poupança LA CAIXA, através de um escritório de Barcelona, pertencente a essa mesma entidade financeira. Na verdade, o acusado não fez o depósito à vista e lançou mão de uma nota promissória ao portador pela mesma importância emitida por ele no dia 2 de abril, e com data posterior à data de 3 de abril, embora, com o intuito de fazer aparecer o pagamento antecipado, tinha feito sumir a denominação de 'depósito em cheque', que estava na cópia do documento bancário enviada por fax. (...) O acusado voltou a repetir a operação com a MEFLUR, S.L., no dia 18 de junho de 2002. Nessa ocasião, e no intuito de não ser descoberto, agiu diretamente sua mulher, a acusada Tibisay Rottyan (...) que, ciente do propósito de sonegação do marido, falou no telefone com Isabel Raso, que era também uma funcionaria da MEFLUR, S.L., com quem combinou um pedido de terminais de telefones celulares no valor de 9.620,82 euros. O nome comercial da empresa compradora usado pelos acusados foi: MOVIEUROPA COMUNICACIONES e o 'modus operandi' voltou a se repetir.

EXT 1.196 / **

O fax com a cópia do documento bancário de depósito simulado em LA CAIXA, também não tinha a identificação: 'depósito em cheque', que aparecia no original. (...) O meio utilizado dessa vez, foi um cheque ao portador datado em 18 de junho de 2002, por José Maria L. Gadea, mesmo que com uma assinatura diferente à usada na nota promissória, para evitar qualquer elo com o primeiro fato, numa outra conta aberta no nome dele em CAJAMAR (...)” (fls. 118/119).

O Juizado de Instrução nº 2 de **Monzón** condenou o extraditando ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 4 (quatro) anos de prisão.

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, pois apresentou cópia da sentença de 1º grau (fls. 72/79; tradução às fls. 117/123), da decisão que julgou o recurso de apelação interposto pelo extraditando e pela corré (fls. 88/92v.; tradução às fls. 130/136) e da decisão que decretou a prisão definitiva do extraditando e determinou a solicitação de sua extradição (fls. 81/87; 124/130), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Entretanto, embora atendido o requisito da dupla tipicidade, por se tratar, mais uma vez, de crime continuado de estelionato, consumou-se a prescrição do crime nos ordenamentos espanhol e brasileiro.

Nos termos do art. 133.1 do Código Penal espanhol, as penas impostas por sentença definitiva relativamente aos delitos menos graves prescrevem em 5 (cinco) anos, contados, por determinação do art. 134 daquele diploma, a partir da data em que foi proferida a decisão, o que, no que se refere ao crime continuado em tela, ocorreu em 25 de janeiro de 2006 (fls. 126).

Assim, tendo em vista que entre 25 de janeiro de 2006 e a data de hoje já transcorreram mais de 5 (cinco) anos, consumou-se a prescrição da pretensão executória do Estado espanhol em relação ao delito continuado em questão.

Ademais, considerando que não houve individualização pelo Judiciário espanhol da pena aplicada a cada um dos delitos de

EXT 1.196 / **

estelionato, para fins de análise da prescrição segundo o ordenamento brasileiro, ter-se-ia que dividir a pena total de 4 (quatro) anos imposta ao extraditando pelo número de delitos, que, no caso, são 2 (dois), considerando-se, assim, que teria sido imposta ao extraditando a pena de 2 (dois) anos pelo cometimento de cada um deles.

Nos termos do art. 110, **caput**, c/c o art. 109, inciso IV, ambos do Código Penal brasileiro, o prazo prescricional da pretensão executória é de 4 (quatro) anos, contados, pelo que dispõe o art. 112, inciso I, do Código Penal, a partir do dia do trânsito em julgado da sentença condenatória, que, no ordenamento espanhol, ocorre na data da última decisão proferida no processo criminal, isto é, 25 de janeiro de 2006. Consumada, portanto, também segundo a legislação brasileira, a prescrição da pretensão executória.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao primeiro crime continuado de estelionato imputado ao extraditando, **o mesmo não ocorrendo em relação ao segundo, pelos motivos anteriormente expostos.**

Colhe-se da **Nota Verbal nº 123/2010** (terceiro pedido de extensão - fls. 209 a 287) a existência de novo pedido de extradição, com base nos Processos de Execução nºs 367/2008 (fls. 260/287), 633/2008 (fls. 233/259) e 1418/2009 (fls. 213/232), todos em curso no Juizado Especial nº 12 de **Barcelona** e relativos à condenação do extraditando pela prática de crimes de estelionato e, no que se refere ao Processo de Execução nº 633/2008, também pelo crime de falsificação de documento mercantil.

No Processo de Execução nº 1.418/2009, o extraditando, mais uma vez, foi condenado no Estado requerente pelo crime de estelionato, em razão dos seguintes fatos:

“(...) no mês de Maio de 2004, a sra. Raquel Maria Reyes Armijos, (...) entrou em contato por telefone com o réu JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA, (...) através de um anúncio aparecido na revista de compra e venda 'Flash', de publicação gratuita, com a finalidade de que este realizasse os trâmites para que a sra. Reyes conseguisse um contrato de trabalho e, desta forma,

EXT 1.196 / **

legalizar a sua situação na Espanha.

O réu, movido pelo propósito criminoso de obter um benefício econômico em prejuízo de uma pessoa alheia, mediante o emprego de um ardil, apresentou-se perante a sra. Reyes Arnijos com um cartão da empresa 'Alva Quality, S.L.', da qual era o administrador único, e com a intenção prévia de não cumprir o serviço ao que, aparentemente, se obrigava, e conseguiu que Raquel Reyes lhe entregasse documentação diversa, bem como dinheiro em Euros, concretamente, uma primeira entrega de 550€ (quinhentos e cinquenta Euros), uma segunda no dia 31.05.2004 de 380€ (trezentos e oitenta Euros) e a terceira, realizada no dia 04.06.2004, de 194€ (cento e noventa e quatro Euros) (...)” (fls. 217).

Em 14 de fevereiro de 2008, a Seção Criminal nº 2 do Tribunal de Justiça de **Barcelona** condenou o extraditando ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 2 (dois) anos de prisão (fls. 216/217 e 219/220), sentença confirmada pela Décima Seção do Tribunal de Justiça de 2ª Instância daquela Província em 30 de março de 2009 (fls. 218 e 221/223), data do trânsito em julgado da referida decisão, nos termos da lei espanhola (fls. 229).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, pois apresentou cópia traduzida da sentença de 1º grau (fls. 216/217 e 219/220), da decisão que julgou os recursos de apelação interpostos pelo extraditando e pela empresa Alva Quality S.L., (fls. 218 e 221/223), da decisão que decretou a prisão definitiva do extraditando e determinou a sua busca e detenção (fls. 224/228) e da decisão que determinou a solicitação de sua extradição (fls. 213/215), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Não havendo dúvidas quanto à dupla tipicidade do crime praticado pelo extraditando (estelionato), vale observar que o trânsito em julgado da decisão proferida em última instância, conforme a manifestação do Ministério Público espanhol (fl. 229), ocorreu em 30 de março de 2009, não tendo havido ainda a prescrição da pretensão executória, uma vez

EXT 1.196 / **

que, nos termos do art. 133.1 do Código Penal espanhol, as penas impostas por sentença definitiva relativamente aos delitos menos graves prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data em que foi proferida a decisão condenatória definitiva.

Além disso, pela lei brasileira, considerando que a pena a ser cumprida pelo extraditando é de 2 (dois) anos, nos termos do art. 110, **caput**, c/c o art. 109, inciso V, ambos do Código Penal, o prazo prescricional da pretensão executória é de 4 (quatro) anos, contados, por determinação do art. 112, inciso I, do Código Penal, a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.

Assim, ainda que se considere a data em que proferida a sentença de primeiro grau, isto é, 14 de fevereiro de 2008 - tendo em vista que não houve recurso da acusação -, ou a data de prisão do extraditando (29/12/09), não ocorreu a prescrição da pretensão executória do Estado espanhol, segundo a lei brasileira.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito em questão.

Quanto ao Processo de Execução nº 633/2008, os fatos pelos quais o extraditando foi condenado no Estado requerente foram assim narrados (fls. 251/252):

“O réu JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA (...) com ânimo de obter benefício econômico, enviou por fax, no dia 30.03.2005, informação comercial à empresa 'Tiendas El Compas, S.L.' (...). O réu, em dita informação, oferecia mentirosamente a possibilidade de adquirir a um bom preço, celulares de diferentes marcas e estabelecia como forma de contato, no caso da pessoa estar interessada, o celular 654206882.

Devido a que os preços que constavam no fax eram, como o réu desejava, atrativos, o Sr. José Carrasco García, gerente de 'Tiendas El Compas, S.L..' entrou em contato com o réu e realizou um pedido de oito celulares Motorola V-3 livre, com um preço unitário de 184 Euros (cento e oitenta e quatro Euros), nove celulares Siemens SL 65 livre, com um preço unitário de 109 Euros (cento e nove Euros), três celulares Nokia 6260 livre,

EXT 1.196 / **

com um preço unitário de 176 Euros (cento e setenta e seis Euros), três celulares Nokia 66600 livre, com um preço unitário de 139 Euros (cento e trinta e nove Euros), dois celulares Ericson P-900 livre, com um preço unitário de 225 Euros (duzentos e vinte e cinco Euros), três celulares Siemens SL 55 livre, com um preço unitário de 59 Euros (cinquenta e nove Euros), ou seja, um pedido total de 4.055,00 € (quatro mil e cinquenta e cinco Euros) mais 646,80 € (seiscentos e quarenta e oito Euros e oitenta centavos) de IVA (imposto sobre o valor acrescentado da Espanha).

(...)

O Sr. José Carrasco García realizou o depósito de 4.703,80 Euros na conta indicada no dia 31.03.2005 e o réu deu-lhe a certeza de que receberia os telefones através de uma agência de transportes no dia 01.04.2005, devido a que o Sr. Carrasco não recebeu os celulares, o mesmo entrou em contato com o réu e este o tranquilizou, dizendo que havia um problema com a saída do pacote, sucedendo diversas escusas, até que, finalmente, as ligações deixaram de ser atendidas.

Com o intuito de paralizar (sic) qualquer ação legal das 'Tiendas El Compas, S.L.', o réu, na data não determinada, mas cerca do dia 13 de Agosto de 2005, enviou-lhes uma letra de câmbio de 4.703,80 Euros no nome de 'NAK IMPORT', que não tinha fundos ao ser apresentada à cobrança.

O réu, mediante retiradas em dinheiro, apoderou-se de 4.703,80 Euros, depositados na conta de sua mulher.

O réu estava afetado por uma alteração psicótica da sua personalidade.”

Em 21 de janeiro de 2008, a Seção Criminal nº 10 do Tribunal de Justiça de Barcelona condenou o extraditando ao cumprimento das penas privativas de liberdade de 9 (nove) meses de prisão pela prática do crime de estelionato e de 9 (nove) meses de prisão pela prática do delito de falsidade de documento mercantil (fls. 251/253).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, uma vez que apresentou cópia da sentença definitiva

EXT 1.196 / **

(fls. 240/242; tradução às fls. 251/253), da decisão que decretou a prisão definitiva do extraditando e determinou a sua busca e detenção (fls. 243/244; tradução às fls. 254/256) e da decisão que determinou a solicitação de sua extradição (fls. 236/239; tradução às fls. 248/250), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Não havendo dúvidas quanto à dupla tipicidade do crime de estelionato, vale notar, contudo, que não é possível aferir a dupla tipicidade do delito de falsidade de documento mercantil, pois não foi fornecida pelo Estado requerente cópia traduzida dos arts. 392 e 77 do Código Penal espanhol.

De qualquer forma, embora a prescrição da pretensão executória relativamente aos dois crimes não tenha se consumado segundo a lei espanhola, uma vez que não transcorrido o prazo de 5 (cinco) anos, previsto no art. 133.1 do Código Penal espanhol, desde o trânsito em julgado da sentença condenatória definitiva, consumou-se a prescrição da pretensão executória relativamente a ambos os delitos, segundo as leis brasileiras.

Tendo em vista que a pena aplicada ao extraditando pela prática de cada um dos delitos foi de 9 (nove) meses de prisão, o prazo prescricional, à época do trânsito em julgado da decisão condenatória definitiva, ou seja, 21 de janeiro de 2008, era, nos termos da antiga redação do inciso VI do art. 109 do Código Penal brasileiro, de 2 (dois) anos (conforme a redação dada pela Lei nº 7.209/84, anterior à Lei nº 12.234/10, que aumentou o prazo prescricional para os crimes com pena máxima inferior a 1 (um) ano para 3 (três) anos).

Não atendidos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação aos delitos em tela.

No Processo de Execução nº 367/2008, os fatos pelos quais o extraditando foi condenado podem ser assim resumidos:

“(...) o réu José Maria Llevat Gadea, (...) com ânimo de enriquecer-se, após anunciar nas revistas imobiliárias, oferecendo ser intermediário nos trâmites dos expedientes dos

EXT 1.196 / **

estrangeiros, entrou em contato com Antonio Ramirez Martin, a quem ofereceu os seus serviços para tramitar 'os papéis' de um casal de nacionalidade romena, amigos deste, fazendo com que ele cresse que dispunha do devido conhecimento e da infraestrutura comercial para tal e com a única intenção de conseguir, deste, diversas quantidades de dinheiro, que eram destinados ao seu benefício próprio e nunca aos trâmites que lhe eram encomendadas, dizendo-lhe expressamente que trabalhava no Governo da Catalunha, que (...) possuía uma Sociedade com o nome 'Gestigrup Asociados & Company' e que faria todo o trâmite; marcando para tal fim no dia 07 de julho de 2003 com Antonio, num bar de Mercabarna, em Barcelona, quando lhe exigiu uma primeira entrega de 750 Euros (setecentos e cinquenta Euros), marcando novamente no dia 09 de julho no Mercabarna para que lhe desse o resto do dinheiro necessário para o suposto trâmite e que era, supostamente, um total de 1925 euros (mil novecentos e vinte e cinco Euros). Posteriormente, no dia 31 de Julho de 2003, o réu conseguiu a entrega de mais 1200 Euros (mil e duzentos Euros), dizendo-lhe que seriam utilizados para acelerar os trâmites

Como em fevereiro do ano de 2004 não havia tido notícias do réu, apesar de que tentara entrar em contato com ele, Antonio Ramirez foi ao endereço que constava no cartão entregue pelo réu como pertencente à empresa 'Gestigruo Asociados & Company', na Avenida América, em Barcelona, e ali não existia dita Empresa de Gestão nem, evidentemente, conheciam o réu, o qual não lhe devolveu dinheiro algum até a data atual" (fls. 280).

Em 5 de fevereiro de 2008, a Seção Criminal nº 19 do Tribunal de Justiça de Barcelona condenou o extraditando ao cumprimento da pena privativa de liberdade de 1 (um) ano de prisão, decisão que transitou em julgado naquela mesma data (fls. 285).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, constando dos autos cópia da sentença definitiva (fls. 267/269; tradução às fls. 279/281), da decisão que decretou a prisão

EXT 1.196 / **

definitiva do extraditando e determinou a sua busca e detenção (fls. 270/272; tradução às fls. 282/284) e da decisão que determinou a solicitação de sua extradição (fls. 263/266; tradução às fls. 276/278), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Não havendo dúvidas quanto à dupla tipicidade do crime de estelionato, vale observar que a sentença proferida em 5 de fevereiro de 2008 transitou em julgado naquela mesma data, conforme destacou o Ministério Público espanhol às fls. 285, não tendo havido ainda a prescrição da pretensão executória, pois, nos termos do art. 133.1 do Código Penal espanhol, as penas impostas por sentença definitiva relativamente aos delitos menos graves prescrevem em 5 (cinco) anos, contados, por determinação do art. 134 daquele diploma repressivo, a partir da data em que foi proferida a decisão condenatória definitiva.

Além disso, pela lei brasileira, considerando que a pena a ser aplicada ao extraditando é de 1 (um) ano, nos termos do art. 110, **caput**, c/ c o art. 109, inciso V, ambos do Código Penal, o prazo prescricional da pretensão executória é de 4 (quatro) anos, contados, por determinação do art. 112, inciso I, a partir do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.

Assim, ainda que se considere a data em que proferida a sentença de primeiro grau, isto é, 5 de fevereiro de 2008, decisão em que foi registrada a renúncia das partes à interposição de eventuais recursos, não ocorreu a prescrição da pretensão executória do Estado espanhol, segundo a lei brasileira.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito em questão.

Colhe-se da **Nota Verbal nº 246/2010** (quarto pedido de extensão - fls. 497 a 600) novo pedido de extradição, tendo em vista a existência do Procedimento Abreviado nº 50/2006 - em curso no Juízo de Instrução nº 2 de **Arenys de Mar**, devido à suposta prática do delito de estelionato, previsto nos arts. 248.1 e 249 do Código Penal espanhol (fls. 531/537) -, o qual deu origem a solicitação de extradição pela 1ª Vara Criminal do

Ext 1.196 / **

Tribunal de Justiça de Arenys de Mar, Procedimento Abreviado nº 30/2008 (fls. 524/530).

Quanto aos fatos apurados no Procedimento Abreviado nº 50/2006, extrai-se da citada nota verbal a seguinte narrativa:

“Os fatos ocorreram entre o dia 10 de dezembro de 2004 e o dia 21 de outubro de 2005, quando ALVA QUALITY, S.L., empresa da qual o Sr. LLEVAT é administrador, ofereceu à Sra. González, através de um folheto, diversos celulares e cartões de pré pagamento, e a Sra. González efetuou um pedido por um valor de 710 € (setecentos e dez Euros), e para tal depositou numa conta corrente da La Caixa, da qual a Sra. VALENCIA é a titular. No momento em que a Sra. González recebeu o pacote pelo pedido realizado, no seu interior havia uma porção de folhas e vários cartões de recarga já utilizados. A Sra. Valencia e o Sr. Llevat são um casal e atuaram de mútuo acordo com a finalidade de obter um lucro patrimonial” (fls. 531).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, uma vez que apresentou a decisão que decretou a prisão e determinou a busca e apreensão internacional do extraditando (fls. 502/503; tradução às fls. 524/525), cópia da ordem de detenção europeia (fls. 504/509; tradução às fls. 526/529), da decisão de solicitação de extradição (fls. 513/514; tradução às fls. 530) e de diversos atos processuais do Procedimento nº 50/2006 (fls. 510/512; tradução às fls. 531/537), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Não havendo dúvidas quanto ao requisito da dupla tipicidade do crime de estelionato, vale repisar que o art. 132.2 do diploma repressivo espanhol prevê que *“a prescrição será interrompida, ficando sem efeito o tempo decorrido, quando o procedimento se dirigir contra o culpado, começando a contar novamente o termo da prescrição desde que o processo fique paralisado ou termine sem condenação”*.

Assim, apesar de decorridos mais de 3 (três) anos desde a prática do

EXT 1.196 / **

crime, ocorrido entre o dia 10 de dezembro de 2004 e o dia 21 de outubro de 2005, o prazo prescricional encontra-se suspenso desde 2005, quando iniciado o Procedimento de Diligências Prévias nº 426/2005, que deu origem ao Procedimento Abreviado nº 50/2006 e ao Procedimento Abreviado nº 30/2008, cujos últimos atos processuais, tendo em vista os documentos que instruem a Nota Verbal nº 246/2010, datam de 2 de julho de 2010 (fl. 519).

Além disso, nos termos do art. 250.1 do Código Penal espanhol, o crime de estelionato é punido com as penas de prisão de 1 (um) a 6 (seis) anos e de multa de (seis) a 12 (doze) meses se o agente, para a sua prática, aproveita-se “(...) *da sua credibilidade empresarial ou profissional*” (§ 7º), como ocorreu no delito em questão, o que aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva, ainda conforme o art. 131.1 do Código Penal espanhol, para 10 (dez) anos.

Pela lei brasileira, a prescrição também não ocorreu. O art. 171, *caput*, do Código Penal brasileiro comina a pena máxima de 5 (anos) de reclusão, a qual, nos termos do art. 109, inciso III, sujeita-se ao prazo prescricional de 12 (doze) anos.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito imputado ao extraditando.

Colhe-se da **Nota Verbal nº 396/2010** (quinto pedido de extensão - fls. 677 a 714) novo pedido de extensão, com base em ordem de prisão expedida nos autos do Procedimento Abreviado nº 77/08 do Juizado de Instrução nº 7 de **Málaga**, mais uma vez, em razão da suposta prática pelo extraditando do crime de estelionato.

Quanto aos fatos apurados no Procedimento Abreviado nº 77/2008, os delitos imputados ao extraditando foram assim resumidos pelo Estado requerente:

“(...) com intenção de obter um lucro ilegítimo, aparentando ser o proprietário de um veículo, [o extraditando] anunciou por Internet a venda deste num valor de € 18.000.

Que José Torres García no dia 31 de maio de 2007 remeteu para uma conta de titularidade do réu, como adiantamento do

EXT 1.196 / **

preço e requisito para a entrega do veículo, uma transferência de € 2.000 através da agência da Cajamar na localidade de Ardales, quantia de que o acusado se apropriou” (fls. 690).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, tendo apresentado cópia da decisão que decretou a prisão cautelar do extraditando (fls. 709; tradução às fls. 692), da decisão de solicitação de extradição (fls. 698; tradução às fls. 680 e 696/697), do pedido formal de extradição (fls. 699/702; tradução às fls. 681/684) e de outros documentos a ele relacionados (fls. 710/714; tradução às fls. 690/697), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Atendido o requisito da dupla tipicidade, por tratar-se, mais uma vez, do crime de estelionato, vale repisar que, embora a prescrição da pretensão punitiva no ordenamento espanhol ocorra em 3 (três) anos nos casos de crimes menos graves - com pena até 3 (três) anos - e decorram mais de 3 (três) anos desde a prática do delito, consumado em 31 de maio de 2007, o prazo prescricional encontra-se suspenso desde aquele ano, quando iniciado o Procedimento de Diligências Prévias nº 4070/2007, o qual deu origem ao Procedimento Abreviado nº 77/2008, cujos últimos atos processuais, conforme os documentos que instruem a Nota Verbal nº 396/2010, datam de 4 de fevereiro de 2010 (fls. 678, 680 e 685).

Pela lei brasileira, a prescrição também não ocorreu, uma vez que o art. 171, *caput*, do Código Penal comina a pena máxima de 5 (anos) de reclusão, a qual, nos termos do art. 109, inciso III, do diploma repressivo pátrio, sujeita-se ao prazo prescricional de 12 (doze) anos.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito em tela.

Colhe-se da **Nota Verbal nº 395/2010** (sexto pedido de extensão – fls. 720 a 763) novo pedido de extradição, em razão da existência dos procedimentos abreviados nºs 213/2007 e 314/2006 do Juízo Criminal nº 1 de **Múrcia**, nos quais foi decretada a prisão preventiva do extraditando, novamente em razão da suposta prática de delitos de estelionato.

Em relação ao Procedimento Abreviado nº 213/2007, os fatos

EXT 1.196 / **

imputados ao extraditando foram assim resumidos pelo Estado requerente:

“(...) Por Francisco Javier Pascual Taratiel, em nome e representação da empresa PASCUAL TELECOM SL, foi denunciado que em 08/10/05 recebeu na sede social sita em Puente Tocinos (Múrcia), calle Azahar 8, Bajo 5, via fax por parte da empresa ALVA QUALITY SL (...) uma oferta para a aquisição de telefonia móvel; a empresa PASCUAL TELECOM SL aceitou a compra de onze telefones num montante de 2.450 euros, valor que transferiu em 08/10/05 seguindo instruções recebidas telefonicamente da empresa ofertante na pessoa de quem se identificou como José Maria Llevat Gadea; em 20/10/05 foi recebido na empresa compradora o pacote supostamente contendo o artigo de compra figurando como remetente a entidade 'NAK IMPORT' (...), se bem que tenha sido aberto perante tabelião face a seu peso reduzido e em seu interior não se encontrava o produto comprado; que de acordo com o Registro Comercial Central a empresa ALVA QUALITY SL e a NAK IMPORT SL, pertencem a Jose Maria Llevat Gadea” (fls. 725).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, pois apresentou pedido de extradição (fls. 746/748 e 760; tradução às fls. 725/727 e 740), da decisão de solicitação de extradição (fls. 749/751; tradução às fls. 728/730) e da decisão que decretou a prisão preventiva do extraditando (fls. 755; tradução às fls. 734), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Não havendo dúvidas quanto ao requisito da dupla tipicidade, por tratar-se, mais uma vez, do crime de estelionato, vale repisar que, embora a prescrição da pretensão punitiva segundo a lei espanhola ocorra em 3 (três) anos nos caso de crimes menos graves - com pena até 3 (três) anos -, o prazo prescricional encontra-se suspenso desde aquele ano, quando iniciado o Procedimento de Diligências Prévias nº 5123/2005, o qual deu

EXT 1.196 / **

origem ao Procedimento Abreviado nº 213/2007, cujos últimos atos processuais, conforme os documentos que instruem a Nota Verbal nº 396/2010, datam de 16 de março de 2010 (fls. 725/727 e 740/742).

Nos termos do art. 250.1 do Código Penal espanhol, o crime de estelionato é punido com as penas de prisão de 1 (um) a 6 (seis) anos e de multa de (seis) a 12 (doze) meses se o agente, para a sua prática, aproveita-se “(...) *da sua credibilidade empresarial ou profissional*” (§ 7º), como ocorreu no caso do delito em questão, o que aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva, ainda conforme o art. 131.1 do Código Penal espanhol, para 10 (dez) anos.

Pela lei brasileira, a prescrição também não ocorreu, uma vez que o art. 171, **caput**, do Código Penal comina a pena máxima de 5 (anos) de reclusão, a qual, nos termos do art. 109, inciso III, do diploma repressivo pátrio, sujeita-se ao prazo prescricional de 12 (doze) anos.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito em questão.

Os fatos apurados no Procedimento Abreviado nº 314/2006 foram assim resumidos pelo Governo da Espanha:

“(...) Em 13 de janeiro de 2004 a empresa Communicationes HIFITEL SL com sede social na C/ Juan Guerrero Ruiz 13 de Múrcia recebeu uma tabela de preços de telefonia móvel da empresa NAK IMPORT SL com domicílio em C/ San Genis 6 17300 Blanes Gerona onde é facultado um nº de telefone 617 017 295 do gerente chamado JOSE MARÍA LLEVAT GADEA; tendo entrado em contato com tal gerente, foi acordada a compra de 9 terminais móveis, tendo a empresa Communicationes HIFITEL SL efetuado o pagamento antecipado por transferência bancária num montante de 2.266,15 euros para a conta bancária da CAIXA DESTAVIS LAIETANA pertencente à empresa NAK IMPORT SL. No dia 20/01/2004 foi recebida a encomenda na empresa compradora, mas as caixas que deviam ter os celulares estavam vazias; de igual modo foram recebidos em 29/01/2004 dois faxes da empresa NAK IMPORT SL a comunicar que a relação comercial foi considerada como concluída com o envio

EXT 1.196 / **

que efetuaram" (fls. 726).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, constando dos autos o pedido de extradição (fls. 746/748 e 763; tradução às fls. 725/727 e 742), da decisão de solicitação de extradição (fls. 752/754; tradução às fls. 731/733) e da decisão que decretou a prisão preventiva do extraditando nos autos do Procedimento Abreviado nº 213/2007 (fls. 755; tradução às fls. 734), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Satisfeito o requisito da dupla tipicidade, por tratar-se do crime de estelionato, vale lembrar que o prazo prescricional encontra-se suspenso, pois, embora não se tenha informação sobre a data precisa de início do procedimento de diligências prévias para a apuração do crime, constata-se que o processo dele decorrente, qual seja, o Procedimento Abreviado nº 314/2006, data de 2006, cujos últimos atos processuais, conforme os documentos que instruem a Nota Verbal nº 396/2010, datam de 16 de março de 2010 (fls. 725/727 e 741/743).

Além disso, nos termos do art. 250.1 do Código Penal espanhol, o crime de estelionato é punido com as penas de prisão de 1 (um) a 6 (seis) anos e de multa de (seis) a 12 (doze) meses se o agente, para a sua prática, aproveita-se "(...) *da sua credibilidade empresarial ou profissional*" (§ 7º), como ocorreu no caso do delito em questão, o que aumenta o prazo da prescrição da pretensão punitiva, ainda conforme o art. 131.1 do Código Penal espanhol, para 10 (dez) anos.

Pela lei brasileira, a prescrição também não ocorreu, uma vez que o art. 171, **caput**, do Código Penal comina a pena máxima de 5 (anos) de reclusão, a qual, nos termos do art. 109, inciso III, sujeita-se ao prazo prescricional de 12 (doze) anos.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito em tela.

Colhe-se da **Nota Verbal nº 394/2010** (sétimo pedido de extensão – fls. 769 a 800) novo e derradeiro pedido de extradição, com base em ordem de prisão expedida nos autos do Procedimento Abreviado nº

EXT 1.196 / **

150/2008 do Juízo Criminal nº 1 de **Zamora**, também em razão da suposta prática pelo extraditando do delito de estelionato.

Quanto ao Procedimento Abreviado nº 150/2008, os fatos imputados ao extraditando foram assim resumidos pelo Estado requerente:

“O arguido Llevat Gadea, em torno do mês de marzo de 2004 e na qualidade de (...) representante legal da empresa 'Alva Quality' sita na C/ Sant Jaume 338 bis, Calella, Barcelona, publicava a venda de terminais de telefonia móvel livre a preços econômicos, mediante pagamento predeterminado por transferência bancária, a qual feita, oferecia enviar os aparelhos comprados a qualquer ponto da Espanha.

Levada por essa publicidade, D^a Maria Soledad Nava, gerente da empresa 'Nava Comunicações Ltda.' (dedicada à venda de telefonia móvel) se pôs em contato com o arguido, convencida da seriedade da oferta, de modo que recebeu um fax com os preços dos terminais, realizou dois pedidos no dia 23 de março de 2004:

- um de 125 Nokias 2100 à razão de 55 € por telefone e por um preço de 6.875€ que a compradora pagou mediante transferência bancária feita do Banco BBVA a favor da conta 3300001555 da Caixa D'Estalvis Laietana (conta correspondente à empresa Alva Quality e cujo único autorizado era o arguido). No referido pedido foi solicitado que os aparelhos fossem enviados a um cliente da companhia compradora (...).

- Outro pedido era para a própria empresa compradora que encomendou 15 Siemens 555 a 79€ mais IVA a unidade; 1 Nokia 8310 a 126€ mais IVA a unidade; e 3 Nokia 3310 a 29€ mais IVA a unidade, pedido por um preço total de 1657,27€ que foi pago integralmente pela compradora ao arguido mediante transferência bancária feita no Bankinter à conta do arguido anteriormente citada (...).

Recebido o dinheiro (valor dos pedidos que não foi recuperado), o arguido nada cumpriu, pois com relação a este pedido, não enviou nenhum pacote; com relação ao primeiro pedido descrito, enviou ao cliente de Sevilha um pacote de 12

EXT 1.196 / **

Kg de peso e 143 cm³ que surpreendentemente continha 441 teclados de computador e umas tomadas porta-lâmpadas" (fls. 786/787).

Foi observado pelo Estado requerente o disposto no art. IX do Tratado específico, pois apresentou cópia da decisão de solicitação de extradição (fls. 776/778) e da ordem de detenção europeia (fls. 779/782 e 796/799; tradução às fls. 793/795), bem como tradução da decisão que decretou a prisão provisória do extraditando (fls. 783/784 e 791/792), havendo indicações seguras sobre o local, a data, a natureza e as circunstâncias dos fatos delituosos.

Conforme já destacado anteriormente, o delito atende aos requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade, pois o prazo prescricional encontra-se suspenso desde 2004, quando iniciado o Procedimento de Diligências Prévias nº 194/2004, que deu origem ao Procedimento Abreviado nº 150/2008, cujos últimos atos processuais, conforme os documentos que instruem a nota verbal em questão, datam de 22 de julho de 2009 (fls. 776/778).

Pela lei brasileira, a prescrição também não ocorreu, uma vez que o art. 171, **caput**, do Código Penal comina a pena máxima de 5 (anos) de reclusão, a qual, nos termos do art. 109, inciso III, sujeita-se ao prazo prescricional de 12 (doze) anos.

Satisfeitos, portanto, os requisitos da dupla tipicidade e da dupla punibilidade em relação ao delito em tela.

Ressalto que, embora o extraditando tenha negado a autoria de alguns dos fatos criminosos que lhe são imputados e pelos quais foi condenado, o sistema de contenciosidade limitada, que caracteriza o regime brasileiro de extradição passiva, não permite indagações probatórias pertinentes aos ilícitos criminais que justificaram o ajuizamento do pedido de extradição. Não cabe, portanto, ao Supremo Tribunal Federal adentrar o mérito das decisões que embasam o pedido de extradição.

Aliás, como ensina o magistério de **Mirtô Fraga**, "*ao apreciar a legalidade e a procedência do pedido, o Supremo examina os pressupostos (art.*

EXT 1.196 / **

77) e as condições (art. 78) da extradição. Não se manifesta sobre o mérito do pedido, não aprecia a justiça ou injustiça da condenação ou do processo no Estado requerente (...)” (O Novo Estatuto do Estrangeiro Comentado. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1985. p. 336).

Quanto às questões de ordem suscitadas pela defesa técnica (fls. 867/878), embora, de fato, não tenha o Estado espanhol apresentado cópia traduzida de eventual exame de sanidade mental do extraditando, não é necessária a sua realização no Brasil.

Analisando os documentos que instruem a Nota Verbal nº 123/2010 (fls. 209/287), mais especificamente, os relativos aos Processos de Execução nºs 633/2008 (fls. 233/259) e 367/2008 (fls. 260/287), constata-se que o extraditando teve as suas penas atenuadas em razão da constatação de que à época dos fatos delituosos apresentava “alterações psíquicas” (fls. 253 e 280).

Observa-se, portanto, que o Poder Judiciário do Estado requerente já averiguou a culpabilidade e, mais precisamente, a imputabilidade do extraditando, e, por óbvio, concluiu que ele não era totalmente incapaz de entender o caráter ilícito dos fatos praticados ou de determinar-se de acordo com esse entendimento, limitando-se a reconhecer a presença da circunstância atenuante prevista no art. 21.1 do Código Penal espanhol, uma vez que, à época dos fatos criminosos, “(...) [o extraditando] estava afetado por uma alteração psicótica da sua personalidade” (fls. 252). Vale notar que, da mesma forma que o Código Penal brasileiro (art. 26, *caput*), a lei penal da Espanha (Ley Orgánica 10/1995) isenta de responsabilidade penal aqueles que “ao tempo em que praticaram a infração penal, em razão de qualquer anomalia ou alteração psíquica, não possa compreender a ilicitude do fato ou agir conforme essa compreensão” (art. 20.1).

Perfilhando esse entendimento, destaco, ainda, os seguintes precedentes:

“EXTRADIÇÃO. GOVERNO DA ITÁLIA. FORMAÇÃO DE QUADRILHA VOLTADA AO TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES, CONCURSO EM EXTORSÃO E

EXT 1.196 / **

CONCURSO EM LESÕES GRAVES. EXTRADITANDO QUE POSSUI DOENÇA MENTAL ATESTADA POR LAUDO. PRELIMINAR DE PREJUDICIALIDADE AFASTADA. ANÁLISE QUE CABE AO ESTADO REQUERENTE. PRESENÇA DA DUPLA TIPICIDADE. INOCORRÊNCIA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, TANTO PELA LEI BRASILEIRA COMO PELA LEI ITALIANA QUANTO AOS FATOS RELATIVOS AOS MANDADOS DE PRISÃO EXPEDIDOS PELA JUSTIÇA ITALIANA. AUSÊNCIA DE ÓBICE AO DEFERIMENTO DA EXTRADIÇÃO. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA RECONHECIDA, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA. PEDIDO PARCIALMENTE DEFERIDO. 1. Os crimes de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, associação para o tráfico, extorsão e lesões graves, pelos quais o extraditando foi condenado na Itália, encontram tipos penais correspondentes no ordenamento jurídico brasileiro. Presente, portanto, o requisito da dupla tipicidade. 2. Não cabe a esta Corte examinar matéria atinente à eventual inimputabilidade do extraditando, pois no Brasil o processo extradicional se pauta pelo princípio da contenciosidade limitada. Cabe ao Estado requerente a análise sobre aplicação de pena ou medida de segurança ao extraditando. 3. A prescrição da pretensão executória regulada pela pena residual em caso de fuga não admite o cômputo do tempo de prisão provisória. Precedentes. Prescrição consumada em 11.06.2006, em relação à sentença penal condenatória proferida pela justiça italiana em 11.06.1994, nos termos da legislação brasileira. 4. Prescrição não ocorrida, porém, à luz da legislação brasileira, tampouco nos termos da lei italiana, quanto aos fatos que deram origem aos mandados de prisão expedidos pela justiça italiana. 5. Pedido de extradição parcialmente deferido” (Ext nº 932/Itália, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJ de 28/3/08 - grifos nossos);

“EXTRADIÇÃO PASSIVA DE CARÁTER EXECUTÓRIO -

EXT 1.196 / **

INEXISTÊNCIA DE TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE O BRASIL E A REPÚBLICA TCHECA - PROMESSA DE RECIPROCIDADE - FUNDAMENTO JURÍDICO SUFICIENTE - DUPLA TIPICIDADE - CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO DELITO DE ESTELIONATO - PRETENDIDA NULIDADE DO JULGAMENTO DO EXTRADITANDO, PORQUE ALEGADAMENTE REALIZADO SOB A ÉGIDE DE REGIME AUTORITÁRIO - INOCORRÊNCIA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FAIR TRIAL E DE JULGAMENTO POLÍTICO - AFIRMAÇÃO INCONSISTENTE - PRETENDIDA DISCUSSÃO SOBRE A PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE TRIBUNAL DO ESTADO REQUERENTE - INADMISSIBILIDADE - SISTEMA DE CONTENCIOSIDADE LIMITADA - EXTRADIÇÃO DEFERIDA. INEXISTÊNCIA DE TRATADO DE EXTRADIÇÃO E OFERECIMENTO DE PROMESSA DE RECIPROCIDADE POR PARTE DO ESTADO REQUERENTE. - A inexistência de tratado de extradição não impede a formulação e o eventual atendimento do pleito extradicional, desde que o Estado requerente prometa reciprocidade de tratamento ao Brasil, mediante expediente (Nota Verbal) formalmente transmitido por via diplomática. Doutrina. Precedentes. EXTRADIÇÃO E RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS: PARADIGMA ÉTICO-JURÍDICO CUJA OBSERVÂNCIA CONDICIONA O DEFERIMENTO DO PEDIDO EXTRADICIONAL. - A essencialidade da cooperação internacional na repressão penal aos delitos comuns não exonera o Estado brasileiro – e, em particular, o Supremo Tribunal Federal – de velar pelo respeito aos direitos fundamentais do súdito estrangeiro que venha a sofrer, em nosso País, processo extradicional instaurado por iniciativa de qualquer Estado estrangeiro. O extraditando assume, no processo extradicional, a condição indisponível de sujeito de direitos, cuja intangibilidade há de ser preservada pelo Estado a que foi dirigido o pedido de extradição (o Brasil, no caso). - O Supremo Tribunal Federal não deve autorizar a extradição, se se demonstrar que o ordenamento jurídico do Estado estrangeiro

EXT 1.196 / **

que a requer não se revela capaz de assegurar, aos réus, em juízo criminal, os direitos básicos que resultam do postulado do **due process of law** (RTJ 134/56-58 - RTJ 177/485-488), notadamente as prerrogativas inerentes à garantia da ampla defesa, à garantia do contraditório, à igualdade entre as partes perante o juiz natural e à garantia de imparcialidade do magistrado processante. Demonstração, no caso, de que o regime político que informa as instituições do Estado requerente reveste-se de caráter democrático, assegurador das liberdades públicas fundamentais. **EXTRADIÇÃO E DUPLA TIPICIDADE.** - A possível diversidade formal concernente ao **nomen juris** das entidades delituosas não atua como causa obstativa da extradição, desde que o fato imputado constitua crime sob a dupla perspectiva dos ordenamentos jurídicos vigentes no Brasil e no Estado estrangeiro que requer a efetivação da medida extradicional. O postulado da dupla tipicidade – por constituir requisito essencial ao atendimento do pedido de extradição – impõe que o ilícito penal atribuído ao extraditando seja juridicamente qualificado como crime tanto no Brasil quanto no Estado requerente, sendo irrelevante, para esse específico efeito, a eventual variação terminológica registrada nas leis penais em confronto. O que realmente importa, na aferição do postulado da dupla tipicidade, é a presença dos elementos estruturantes do tipo penal (**essentialia delicti**), tais como definidos nos preceitos primários de incriminação constantes da legislação brasileira e vigentes no ordenamento positivo do Estado requerente, independentemente da designação formal por eles atribuída aos fatos delituosos. PROCESSO EXTRADICIONAL E SISTEMA DE CONTENCIOSIDADE LIMITADA: INADMISSIBILIDADE DE DISCUSSÃO SOBRE A PROVA PENAL PRODUZIDA PERANTE O TRIBUNAL DO ESTADO REQUERENTE. - A ação de extradição passiva não confere, ao Supremo Tribunal Federal, qualquer poder de indagação sobre o mérito da pretensão deduzida pelo Estado requerente ou sobre o contexto probatório em que a postulação extradicional

EXT 1.196 / **

se apóia. - O sistema de contenciosidade limitada, que caracteriza o regime jurídico da extradição passiva no direito positivo brasileiro (RTJ 140/436 - RTJ 160/105 - RTJ 161/409-411 - RTJ 170/746-747 - RTJ 183/42-43), não permite qualquer indagação probatória pertinente ao ilícito criminal cuja persecução, no exterior, justificou o ajuizamento da demanda extradicional perante o Supremo Tribunal Federal. Revelar-se-á excepcionalmente possível, no entanto, a análise, pelo Supremo Tribunal Federal, de aspectos materiais concernentes à própria substância da imputação penal, sempre que tal exame se mostrar indispensável à solução de controvérsia pertinente (a) à ocorrência de prescrição penal, (b) à observância do princípio da dupla tipicidade ou (c) à configuração eventualmente política tanto do delito atribuído ao extraditando quanto das razões que levaram o Estado estrangeiro a requerer a extradição de determinada pessoa ao Governo brasileiro” (Ext nº 897/República Tcheca, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 18/2/05 - grifos nossos).

Avente-se, ainda, que esta Suprema Corte já decidiu pela legitimidade constitucional do art. 84, parágrafo único, da Lei nº 6.815/80, e da prisão preventiva para extradição:

“EXTRADIÇÃO - PRISÃO CAUTELAR - PRESSUPOSTO INDISPENSÁVEL AO REGULAR PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE EXTRADIÇÃO PASSIVA - INOCORRÊNCIA DE SITUAÇÃO EXCEPCIONAL QUE JUSTIFIQUE A REVOGAÇÃO DESSA MEDIDA CONSTRITIVA DA LIBERDADE DO EXTRADITANDO - LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA PRISÃO CAUTELAR PARA FINS EXTRADICIONAIS - RECEPÇÃO, PELA CONSTITUIÇÃO, DO ART. 84, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI Nº 6.815/80 - INAPLICABILIDADE, POR INSUBSISTENTE, DA SÚMULA 02/STF - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. A PRISÃO CAUTELAR É PRESSUPOSTO INDISPENSÁVEL AO REGULAR PROCESSAMENTO DO PEDIDO DE

EXT 1.196 / **

EXTRADIÇÃO PASSIVA. - A prisão do súdito estrangeiro constitui pressuposto indispensável ao regular processamento da ação de extradição passiva, sendo-lhe inaplicáveis, para efeito de sua válida decretação, os pressupostos e os fundamentos referidos no art. 312 do Código de Processo Penal. - A privação cautelar da liberdade individual do extraditando deve perdurar até o julgamento final, pelo Supremo Tribunal Federal, do pedido de extradição, vedada, em regra, a adoção de meios alternativos que a substituam, como a prisão domiciliar, a prisão-albergue ou a liberdade vigiada (Lei nº 6.815/80, art. 84, parágrafo único). Precedentes. Inocorrência, na espécie, de situação excepcional apta a justificar a revogação da prisão cautelar do extraditando. LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DA PRISÃO CAUTELAR PARA FINS EXTRADICIONAIS. - A prisão cautelar, para efeitos extradicionais, reveste-se de plena legitimidade constitucional. A norma legal que prevê essa medida cautelar de ordem pessoal (Lei nº 6.815/80, art. 82) foi recebida pela vigente Constituição da República. Precedentes. INSUBSISTÊNCIA DA SÚMULA 02/STF. - O enunciado inscrito na Súmula 02/STF já não mais prevalece em nosso sistema de direito positivo, desde a revogação, pelo DL nº 941/69 (art. 95, § 1º), do art. 9º do Decreto-lei nº 394/38, sob cuja égide foi editada a formulação sumular em questão. Doutrina. Precedentes” (Ext nº 1.121-AgR/EUA, Tribunal Pleno, da relatoria do Min. Celso de Mello, DJe de 17/4/2009);

“HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA PARA EXTRADIÇÃO. CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE DO PLEITO EXTRADICIONAL. IMPROCEDÊNCIA DA ALEGAÇÃO DE QUE A ORDEM DE PRISÃO TERIA SIDO CASSADA PELO PAÍS REQUERENTE. VÍCIOS DE FORMA NO MANDADO DE PRISÃO. INSUBSISTÊNCIA, ANTE A FORMALIZAÇÃO DO PLEITO EXTRADICIONAL. 1. A prisão preventiva para extradição constitui requisito de procedibilidade do processo extradicional, que só terá seu curso

EXT 1.196 / **

regular se o extraditando estiver preso à disposição do Supremo Tribunal Federal. 2. Não procede a alegação de que o País requerente teria cassado a ordem de prisão por ele emanada. A bem da verdade, o Juiz peruano tornou sem efeito um mandado de prisão em função da existência de outro decreto expedido em momento anterior. 3. É da jurisprudência desta Corte que eventuais vícios de forma no decreto de prisão preventiva reputar-se-ão sanados com a formalização do pleito extradicional, que, no caso, ocorreu. HC indeferido” (HC nº 90.070/GO, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Eros Grau**, DJ de 30/3/07);

“**HABEAS CORPUS. PRISÃO PARA FINS EXTRADICIONAIS. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 84 DA LEI Nº 6.815/80, PELOS MESMOS FUNDAMENTOS DA INCONSTITUCIONALIDADE DO § 1º DO ART. 2º DA LEI Nº 8.072/90. IMPROCEDÊNCIA.** Conforme remansosa jurisprudência deste Supremo Tribunal Federal, a prisão para fins extradicionais tem natureza cautelar. Seu objetivo é preservar a utilidade da mobilização da Justiça penal. Inexistência de relação necessária entre a custódia imposta no feito extradicional e a prisão decorrente de sentença definitiva. Ordem denegada” (HC nº 88.455/RJ, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Ayres Britto**, DJ de 25/8/06);

“**HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA PELO RELATOR DA EXTRADIÇÃO A PEDIDO DO ESTADO REQUERENTE.** 1. Não cabe, em sede de **habeas corpus**, examinar matéria não levada à apreciação do relator de extradição em curso ou referente ao mérito da extradição. 2. A prisão preventiva é requisito legal para o processamento da extradição processada nos termos da Lei nº 6.815, de 1980. 3. **Habeas corpus** indeferido” (HC nº 83.303/Alemanha, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJ de 21/11/03);

Exr 1.196 / **

"HABEAS CORPUS - EXTRADIÇÃO - PRISÃO DO EXTRADITANDO - SUBMISSÃO A REGIME SEMI-ABERTO - INADMISSIBILIDADE - ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO - SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO PEDIDO EXTRADICIONAL - WRIT PREJUDICADO. - A prisão do súdito estrangeiro constitui pressuposto necessário ao regular processamento da ação de extradição passiva. A privação da liberdade individual do extraditando não está sujeita a prazos predeterminados em lei, devendo perdurar, ressalvada a hipótese excepcional de prisão preventiva (Lei n. 6.815/80, art. 82, parágrafos 2 e 3), até o julgamento final da extradição pelo Supremo Tribunal Federal, vedada a admissão de modalidades substitutivas do regime prisional fechado. - A prisão ordenada em sede extradicional tem por finalidade específica submeter o extraditando ao poder de disposição do Supremo Tribunal Federal. - A superveniência do julgamento do pedido extradicional prejudica a apreciação do remédio constitucional de *habeas corpus*, quando impetrado este com fundamento na alegação de excesso de prazo referente a prisão do extraditando" (HC nº 71.172/RJ, Tribunal Pleno, Relator o Ministro Celso de Mello, DJ de 13/5/94).

Urge esclarecer, por fim, que não impede o deferimento do pedido de extradição o fato de o extraditando possuir companheira e filha brasileiras, pois conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, consolidada no verbete da Súmula nº 421 dessa Corte, "*[n]ão impede a extradição a circunstância de ser o extraditado casado com brasileira ou ter filho brasileiro*", não havendo qualquer peculiaridade, no caso em tela, que justifique o seu "abrandamento".

Nesse sentido, ressalto julgados recentes do Plenário da Corte: Ext nº 1.216/EUA, de **minha relatoria**, DJe de 16/5/2011; Ext nº 1.178/Uruguai, de **minha relatoria**, DJe de 22/10/10; Ext nº 1.139/Portugal, Relatora a Ministra **Ellen Gracie**, DJe de 2/10/09; Ext nº 1.143/Coréia, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 21/8/09; Ext nº 1.077/Alemanha, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 3/8/07; e Ext nº

EXT 1.196 / **

1.000/Alemanha, Relator o Ministro **Joaquim Barbosa**, DJe de 13/4/07, entre outras.

Portanto, na minha concepção, encontram-se presentes todos os requisitos legais necessários ao deferimento parcial do pedido de extradição formulado.

Ante o exposto, **declaro prejudicado** o pedido de extradição no que concerne à Nota Verbal nº 44; **defiro** o primeiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo pedido de extensão; e **defiro em parte** o segundo e o terceiro pedido de extensão, devendo o Estado requerente efetuar a detração do tempo de prisão ao qual foi o extraditando submetido no Brasil (art. 91, inciso II, da Lei nº 6.815/80).

Para fins de detração, informo que o extraditando foi mantido preso, preventivamente, em virtude do pedido de extradição, desde o dia 29 de dezembro de 2009.

É como voto.

16/06/2011**PLENÁRIO****EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não seria interessante votarmos a questão de ordem?

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Da incapacidade?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Senhor Presidente, há necessidade? Ela é prejudicial. Eu estou indeferindo; não acolho o pedido de exame psicológico.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Não foi feito o exame, é isso? E está sendo requerido.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – No Brasil, não. Mas há uma sinalização do próprio governo requerente quanto à possibilidade de ele estar acometido de um mal que revelaria a incapacidade de determinar-se.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

O que eu digo é que isso já foi, inclusive, ponderado no julgamento na Espanha.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – A meu ver, Presidente, não podemos deixar de observar o Código de Processo Penal. Se realmente houvesse um processo-crime contra o extraditando em tramitação no Brasil e existissem dúvidas quanto à sanidade mental, ter-se-ia a feitura da perícia para avaliar essa mesma insanidade.

Creio que, se somarmos a esse fato, o que veiculado pela defesa, a circunstância de até mesmo o governo requerente ter dúvidas a respeito,

EXT 1.196 / **

tanto que teria havido um procedimento na própria Espanha enquanto ele lá esteve...

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Já foi condenado na Espanha. Um dos pedidos é exatamente para se executar a pena no processo no qual foi considerada essa questão.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Eu sei. É que temos como consequência, quanto ao processo-crime, se verificada a insanidade, o sobrestamento para que se aguarde – e viabilizado inclusive o tratamento do envolvido – o restabelecimento dele.

Indago: em se tratando de uma extradição que visa à entrega para ter-se, no governo requerente, a persecução criminal ou a execução de título judicial, não cabe observar esse preceito? Penso que sim, porque, de qualquer forma, há a necessária simetria. No caso de processo-crime no Brasil, havendo dúvida, há de se fazer o exame de sanidade mental. O mesmo deve ser observado no tocante a uma extradição, porque, uma vez entregue o extraditando, não se terá como implementar esse exame.

16/06/2011**PLENÁRIO****EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA****DEBATE**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Nós temos um precedente em que discutimos isso longamente, que é a Extradicação nº 932, da qual foi Relator o Ministro Joaquim Barbosa.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Não impede que se divirja.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Não, não, claro que não.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Ah, sim, sim. Por enquanto a tribuna é livre!

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - É, mas Vossa Excelência foi vencedor na oportunidade. Vossa Excelência não ficou vencido. Vossa Excelência votou com a maioria, que assentou que não compete ao Supremo, mas ao Estado requerente, conhecer, em extradição, da alegação de incapacidade e inimizabilidade do extraditando, ainda que atestada por laudo médico pericial.

Nós reconhecemos que, por força do princípio da contenciosidade limitada, não cabe ao Supremo Tribunal examinar a questão, sobretudo quando há sentença condenatória com a culpabilidade já reconhecida.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Devo dizer até que ele impetrou cinco *habeas corpus* aqui e não alegou hora nenhuma nada disso, que era contra o Relator.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Eu perguntaria ao

EXT 1.196 / **

Relator: o exame de sanidade mental foi realizado lá na Espanha?

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Não tenho essa informação. O que tenho é a nota que vem na sentença condenatória, a ponderação que li, que está na p. 25 de meu voto: “[a]nalisando os documentos que instruem a Nota Verbal nº 123, mais especificamente, os relativos aos Processos de Execução [números tais, ou seja, ele já foi condenado], constata-se que o extraditando teve as suas penas atenuadas em razão da constatação de que à época dos fatos delituosos apresentava alterações psíquicas”. Ou seja, essa ponderação foi feita.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Foi discutido no processo crime.

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Foi diminuída a pena.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

E foi colocada como atenuante na penalização pelo Judiciário espanhol. Foi por isso que eu indeferi esse pedido.

16/06/2011

PLENÁRIO

EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, estou com a jurisprudência. O voto do Ministro Toffoli é bastante minucioso. O que me chamou a atenção, digamos assim, é uma vigília para que a questão de forma não infirme a questão de fundo, ou seja, o fato de nós adotarmos o princípio da contenciosidade limitada não acabe tratando desigualmente um estrangeiro.

Pelo que foi narrado da tribuna, pelo defensor público, existe uma situação aflitiva aí: documentos supervenientes daqui do Brasil de que ele está num estado - digamos assim - até mesmo impassível de ser extraditado, sob pena de um grave sacrifício para ele, conquanto ser humano. E, sem prejuízo, o eminente defensor público alega que ele também tem uma família brasileira.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Sobre esse ponto, eu ainda não votei, Ministro Fux.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Não é isso. Mas eu já ouvi isso de algum lugar, foi da tribuna.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Como Relator, eu ainda não votei quanto a essa questão.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Eu sei, mas eu ouvi isso.

O que me sensibilizou foi o fato seguinte: o Supremo Tribunal Federal tem um precedente antiquíssimo de número 367, dos Estados Unidos, da relatoria do Ministro Djaci Falcão, em que, no meu modo de ver, se fez uma inversão; quer dizer, condicionou-se a entrega ao exame.

Agora, aqui, qual seria o prejuízo para o processo extradicional se se fizesse o exame e, depois, nós, com a tranquilidade necessária,

EXT 1.196 / **

pudéssemos deferir a extradição? A menos que fique comprovado que, realmente, isso é uma estratégia dolosa, conquanto não esteja isso provado, acho razoável que concedamos ao extraditando o mesmo regime que nós concedemos a qualquer cidadão, **maxime** a regra primária da Constituição Federal da isonomia, de não tratar o estrangeiro diferentemente.

Então, se este homem está nessas condições - e há documentos supervenientes de autoridades médica brasileiras -, eu acho que o aqodamento da extradição infirmaria essa tutela da dignidade humana a qualquer um.

Eu participo da preocupação do Ministro Marco Aurélio e teria a tendência de determinar esse exame de sanidade mental, porque até nem é comum nos pedidos de extradição surgir um incidente desses.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas qual seria a finalidade desse exame?

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - No próprio pedido da extradição, já na origem, há uma menção dessas condições psíquicas.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Mas qual seria a finalidade de se reconhecer, agora, a inimputabilidade eventual do extraditando?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Seria o sobrestamento do processo de extradição, aplicando-se o artigo 152 do Código de Processo Penal.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - O Supremo Tribunal Federal tem a guarda no sentido de que se respeite a saúde do extraditando se a extradição puder atingir profundamente a sua saúde.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

EXT 1.196 / **

Trata-se de extradição executória.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - É executória, não é instrutória.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - É que a extradição é executória, Ministro.

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Ele já foi condenado.

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Ele já foi condenado.

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Quero saber, por exemplo: se nós tivermos a certeza médica de que extraditando o cidadão, ele pode vir a falecer em razão do percurso da extradição, em nome da lei, extradita-se? Eu tenho a impressão de que tenho posição um pouco diferente.

Peço vênica para manifestar solidariedade com a posição do Ministro Marco Aurélio, depositando credibilidade no defensor público que está defendendo aqui um estrangeiro, e entender que seria de bom alvitre um incidente de sanidade antes da entrega do extraditando.

16/06/2011**PLENÁRIO****EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA****VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM**

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - Senhor Presidente, eu peço vênia ao Ministro Marco Aurélio e ao Ministro Luiz Fux, mas acompanho o Relator, até porque - com os esclarecimentos dele - se trata de uma extradição para cumprimento de uma condenação.

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR) - São vários pedidos, entre eles de execução e de instrução.

A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - E Vossa Excelência, inclusive, enfatizou que isso já foi ponderado para fins específicos da legislação.

Então, acompanho o Relator.

* * *

16/06/2011**PLENÁRIO****EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA**

VOTO
(S/ QUESTÃO DE ORDEM)

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI - Senhor Presidente, também peço vênias à divergência. Acompanho o Relator para indeferir a diligência, que me parece meramente protelatória, porque tenho para mim que ela não terá efeito nenhum numa condenação que, inclusive, já levou em conta a incapacidade mental relativa do extraditando.

Nós temos uma jurisprudência muito firme na Casa no sentido de que é lícito ao juiz indeferir as diligências que considere eventualmente protelatórias, como eu a considero no caso.

Portanto, indefiro, acompanhando o Relator, pedindo vênias à divergência.

16/06/2011**PLENÁRIO****EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA****VOTO S/ QUESTÃO DE ORDEM**

O SENHOR MINISTRO AYRES BRITTO - Senhor Presidente, o caso é singular. Na Espanha já havia uma anotação de que o ora extraditando era portador de uma semi-imputabilidade. Agora Sua Excelência o Defensor Público ocupa a tribuna para dizer que a situação do extraditando se agravou no plano da sanidade mental e que requeriria um exame o estado de saúde dele. A se comprovar esse estado de insanidade mental, acarretando inimputabilidade, o requisito da dupla tipicidade para o atendimento da extradição já não estaria presente, porque no Brasil não há pena para o inimputável, e sim, se for o caso, medida de segurança.

Então, diante dessas dúvidas todas, eu peço vênias ao Relator e vou acompanhar o Ministro Marco Aurélio.

* * *

16/06/2011

PLENÁRIO

EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Presidente, não me impressiona a problemática de ter-se uma extradição objetivando a execução do título, porque até mesmo essa matéria está tratada no nosso ordenamento jurídico. Prevê-se, no artigo 682 do Código de Processo Penal, que, verificada a insanidade, ocorre a internação.

Indago: é possível observar-se essas normas que são aplicadas ao caso – e apreciamos o pedido segundo a legislação do governo requerente e também a brasileira – uma vez entregue o extraditando? A meu ver, não e longe de mim, Presidente, endossar pleito de diligência que se mostre protelatória.

Tenho afirmado que, mesmo em se tratando de uma situação ambígua, o direito de defesa deve ser viabilizado à exaustão. E, na espécie, repito, há sinalização do próprio governo requerente quanto ao estado, pelo menos sob o ângulo da dúvida, do extraditando. Mais do que isso, sustenta-se que esse estado, talvez mesmo diante da custódia no Brasil – e sabemos a situação das nossas penitenciárias –, teria se agravado.

Mantenho o voto, Presidente, a fim de que haja a diligência.

16/06/2011**PLENÁRIO****EXTRADIÇÃO 1.196 REINO DA ESPANHA**

O SENHOR MINISTRO CEZAR PELUSO (PRESIDENTE) - Vou pedir vênia aos votos divergentes e acompanhar o eminente Relator.

Para além do precedente em que se discutiu longamente essa matéria, parece-me que, em se tratando de execução - na qual a tipicidade já foi reconhecida por sentença transitada em julgado, e, portanto, onde já não há lugar para nenhum juízo do tribunal brasileiro sobre essa questão -, a medida poderia ser a de, eventualmente reconhecida a inimputabilidade, substituir a pena por uma medida de internação, precisamente medida de segurança.

Ora, nós não podemos fazer isso. Reconhecendo a inimputabilidade, não podemos mandar internar, aqui no Brasil, o extraditando, em substituição à pena imposta pelo Estado requerente. Isso, evidentemente, a meu ver, com o devido respeito, só pode ser visto e decidido pelo Estado requerente, segundo as regras de execução da pena aí vigentes, e onde, evidentemente, haverá remédio para o caso, se se demonstrar que, de fato, o extraditando, que deve cumprir a pena, não pode cumpri-la, ou que deva, no lugar dela, receber outra medida de caráter terapêutico.

Então, com o devido respeito, também indefiro a perícia.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****EXTRADIÇÃO 1.196**

PROCED. : REINO DA ESPANHA

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

REQTE.(S) : GOVERNO DA ESPANHA

EXTDO.(A/S) : JOSÉ MARIA LLEVAT GADEA

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por maioria, indeferiu o pedido de perícia, contra os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux e Ayres Britto. Em seguida, por unanimidade, o Tribunal deferiu em parte os pedidos, nos termos do voto do Relator. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso. Ausentes o Senhor Ministro Celso de Mello, justificadamente; o Senhor Ministro Gilmar Mendes, representando o Tribunal na Comissão de Veneza, Itália, e o Senhor Ministro Joaquim Barbosa, licenciado. Falou pelo extraditando o Dr. João Alberto Simões Pires Franco, Defensor Público Federal. Plenário, 16.06.2011.

Presidência do Senhor Ministro Cezar Peluso. Presentes à sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Ellen Gracie, Ayres Britto, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Luiz Fux.

Procurador-Geral da República, Dr. Roberto Monteiro Gurgel Santos.

p/ Luiz Tomimatsu
Secretário